



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**07/07/2013**

# INDICE

---

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. ASSESSORIA.....	1
1.2. JUÍZES.....	2 - 3
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. AÇÕES TJMA.....	4
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. ASSESSORIA.....	5
3.2. DESEMBARGADORES.....	6 - 8
3.3. TURMAS RECURSAIS.....	9
3.4. VARAS DA FAZENDA PÚBLICA.....	10
4. JORNAL EXTRA	
4.1. CASO DÉCIO SÁ.....	11 - 13
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. CASO DÉCIO SÁ.....	14 - 17
5.2. COMARCAS.....	18
5.3. DESEMBARGADORES.....	19
5.4. SEM ASSUNTO.....	20 - 21
5.5. VARAS CRIMINAIS.....	22



Comunicação do TJMA tem novo assessor-chefe o jornalista Antônio Carlos de Oliveira é o novo assessor-chefe de Comunicação da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

A nomeação foi anunciada pelo presidente da Corte, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, durante reunião com diretores do órgão, no núcleo administrativo do Judiciário, no bairro da Alemanha e esta coluna parabeniza o nobre colega pelo o novo cargo. Blog: [www.colunasocialportfoliovip.blogspot.com.br](http://www.colunasocialportfoliovip.blogspot.com.br)

Presiden-  
te da AMMA defende pleitos da Magistratura em  
sessão do TJMA - O presidente da Associação dos  
Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Gervásio  
Santos, ocupou nesta manhã (3) a tribuna do Tribu-  
nal de Justiça do Maranhão (TJMA) em dois mo-  
mentos, sendo o primeiro para suscitar uma ques-  
tão de ordem a respeito da forma como estão sendo  
realizadas as promoções e remoções de magistra-  
dos maranhenses, por merecimento...

Juiz de São Domingos do Azeitão presta contas e denuncia falta de policiais. - A Comarca de São Domingos do Azeitão, a 670 km de São Luís, dispõe apenas de um policial militar e nenhuma viatura para manter a segurança de cerca de oito mil moradores. A situação é grave e foi um dos tópicos discutidos na audiência pública de prestação de contas, promovida pelo juiz Jorge Sales, nesta terça-feira (2). O evento, na igreja da cidade de São Domingos do Azeitão, contou com a presença do presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos, do promotor Francisco Fernando Moraes Filho, de representantes do comando da PM de São João dos Patos, vereadores e pessoas da comunidade.

## BALSAS

# Turma Recursal vai atender 266 mil habitantes

Habitantes de treze comarcas da região Sul do Maranhão passam a contar com uma Turma Recursal (TR) Cível e Criminal, instalada na comarca de Balsas, a 850 km de São Luís, pelo corregedor-geral da Justiça e presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, desembargador Cleones Cunha, que no ato representou o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Antonio Guerreiro Júnior.

É a oitava Turma Recursal a ser instalada no Estado após a reestruturação trazida pela Resolução nº 56/2012, com o fim de diminuir o tempo de julgamento dos recursos, antes acumulados apenas nas turmas recursais de São Luís e Imperatriz.

Além de Balsas, ela vai julgar os recursos em processos de juizados oriundos de Alto Parnaíba, Barão de Grajaú, Benedito Leite, Caro-

lina, Fortaleza dos Nogueiras, Loreto, Pastos Bons, Riachão, São Domingos do Azeitão, São João dos Patos, São Raimundo das Mangabeiras e Tasso Fragoso, que totalizam cerca de 266 mil habitantes. As 13 comarcas foram desmembradas da Turma Recursal Cível e Criminal de Imperatriz, que continua suas atividades com recursos de outras 16 comarcas da região.

O desembargador Cleones Cunha e a coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, juíza Márcia Coelho Chaves, frisaram o apoio do presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, e dos membros da Corte na aprovação do projeto, que demandou recursos e despesas com estrutura e criação de novos cargos.

O corregedor-geral afirmou que as novas turmas devem diminuir tanto o tempo nos julgamentos quanto a quantidade de

recursos, principalmente de grandes empresas. Ele justificou a necessidade da interiorização das turmas recursais, verificada com o acúmulo de recursos em Imperatriz e São Luís, onde o número chegou a superar o acervo do TJMA e a espera chegava a cinco anos. "Uma pessoa que mora em Barão de Grajaú, por exemplo, está muito mais perto de Balsas do que de São Luís", observou.

Para a Márcia Coelho Chaves, "a medida vai trazer benefícios à Justiça, aos advogados e ao jurisdicionado, que é nosso principal objetivo". Na ocasião, a magistrada anunciou a realização do mutirão de audiências "Pauta-Zero", em Imperatriz, no mês de setembro, com o objetivo de diminuir o número de recursos.

O presidente da Turma, juiz Marco André Tavares Teixeira, ressaltou os princípios de informalidade, cele-

ridade e economia processual trazidos pela Lei 9.099 ao sistema de juizados especiais e turmas recursais, que foram enfrentados pelo Tribunal de Justiça frente à demora que existia nos julgamentos. "Com a interiorização das turmas ganharemos tempo e a comunidade terá livre acesso", destacou.

**JULGAMENTOS** - A turma vai iniciar seus trabalhos com cerca de 600 recursos, dos quais cerca de 450 são oriundos do Juizado Especial Cível e Criminal de Balsas, que tem uma distribuição média mensal de 150 processos e conta com 1.900 em tramitação. Funcionará no Fórum de Balsas (Av. Dr. Jamildo, s/nº, Potozi), tendo como presidente o juiz Marco André Tavares Teixeira (2ª Vara de Balsas) e como titulares os magistrados Edmilson da Costa Lima (Juizado Especial) e Marzurkiévcz Saraiva de Souza (Comarca de Carolina).

## Malazartes

Jesus Santos

malazartes50@hotmail.com

## Amigos na vida e na morte

**M**orto o jornalista Reinaldo Barros, sobra a memória que a história manterá. Engana-se quem pensa que os fatos de uma vida são digeridos pelo tempo, que os acontecimentos evaporam e, que este ou aquele modelo determina os comportamentos como um todo.

Vivi respeitável parte de minha vida na Rua dos Afogados, ali perto do Ribeirão onde a água e o tempo escoam sem parar as nossas vidas. A vizinhança era igual com seu Abdon do Globo Azul, vendendo o sustento alimentar de cada dia, seu Rosa debruçado na janela, a vizinha bonita plantando fantasias na cabeça dos moços, doutor Haroldo concertando corações, a fábrica de móveis da Dalbam e tudo mais que dá personalidade a uma rua; até alma do outro mundo, a louca do sobrado que falava com Deus e o poeta Nauro que versejava com os anjos. Minha rua e seu entorno assim como seus habitantes era parte de um modelo próprio e impar que dava em conjunto com as outras, uma cara própria para a cidade.

Depois de dias mornos e sonolentos quando o sol da tarde ia se esvaindo no horizonte, os poucos bares da redondeza se enchiam de poetas e sonhadores comentadores de fatos e, com muito humor falava-se dos acontecimentos enquanto as mulheres nas ruas aromatizavam as brisas com os perfumes que carregavam no cangote. O tempo corria lento e tínhamos identidade, uma identidade que vencera pelo seu estilo, o tempo.

Conheci Zé Reinaldo no bar do Zé Mariaque ficava na esquina de sua casa no baixo do sobrado onde hoje se instalou a Secretária de Educação do Município. Dirão os maldosos que era a "birita" o motivo maior de nossa conversa, pois bem tenho medo de quem não bebe: ou é doente ou tem medo de exaltar secreta revelações. O convívio, o tempo e as idéias nos aproximaram. Findava meu expediente e eu rumava pela rua na direção do bar pelo prazer da conversa inteligente e calma como qual meu jovem amigo parecia descortinar com visão própria, os acontecimentos do dia.

Leitor inveterado em uma terra onde não se compra, se pede livros para não ler, Zé Reinaldo em sua elegância no vestir e sua pose de dândi antes de cair na noite nos homenageava com minutos de presença, afiando a ironia própria de quem vê o mundo com sabedoria e pondo em dia os fuxicos que tanto bem fazem à alma.

Sabia fazer amigos meu amigo Zé Reinaldo. Despertou no decorrer de sua competente vida profissional algumas injeções típicas da mesquinhez humana mas ele sabia marcar com coerência, altivez e competência seu caminho, o que lhe permitiu ficar na memória de todos como profissional amigo, coerente e respeitado.

O tempo foi passando, cada um de nós ganhou seu próprio rumo formando família, abrindo caminhos, vencendo etapas. Sabia notícias dele sempre com ressaltos para sua competência e coerência; coisas essên-

ciais para um bom profissional de jornalismo. Quando o destino traçava os rumos para que nós nos encontrássemos, a conversa parecia sempre continuar como se não tivesse sido suspensão, às vezes por anos. Sua inteligência ressuscitava fatos, acontecimentos, rememorávamos pessoas, lendas

e, ele sempre mantendo o sorriso alegre e confiante conjecturava sobre tudo com imparcialidade.

O jornalista Reinaldo Barros aumentou o espaço do jornalismo maranhense mesmo tendo ficado limitado em assessorias de comunicação; a vida exige de nós desenhos difíceis para sobreviver. Soube que ele estava doente que viajara submetendo-se a tratamentos mas nunca imaginei que a morte estava lhe preparando ciladas. Nunca pensamos que a morte terá coragem de matar os justos principalmente quando são nossos amigos uma vez que "os amigos são o melhor pedaço da vida dagente". Como a cidade inchou e até as notícias se perdem entre becos e ruelas sempre achei que ele tivesse se recuperado, estivesse feliz com suas filhas, convivendo com sua mulher e se arriscando na vida para uma velhice sábia e feliz.

A notícia de sua morte veio pelo rádio junto com o reconhecimento integral de seu bom caráter, sua inteligência criativa, sua cultura e seu olhar sobre a cidade, suas formas e maneiras.

É difícil falar de quem gostamos depois de sua morte. A morte não tem retorno e só o

tempo anestesia sua dor. É uma pena que tão novo, com tanto a realizar e contribuir tenhamos perdido um maranhense digno cuja simplicidade não permitia que se sentisse ilustre.

Essa coluna sobre a qual muito conversamos hoje cumpre sua mais nobre função: a de reconhecer um colega e amigo pelo seu valor, seu caráter e sua inteligência em um tempo em que apenas uma dessas qualidades já é muito.





Divulgação:Freire Lense



**C**OM MUITO CHARME  
E SIMPATIA, a

desembargadora Cleonice Silva Freire era uma das presenças mais festejadas no jantar em homenagem ao seu colega de toga, Ney Bello Filho, na residência de Ceres e Roosevelt Murad. É que Cleonice, pela tradição do rodízio no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, deverá ser eleita em dezembro para suceder o desembargador Antonio Guerreiro Jr. na presidência do TJ para os próximos dois anos

## Lista à vista

O Conselho Seccional da OAB deve se reunir nos próximos dias para cuidar da lista sêxtupla para a escolha do novo desembargador pelo Quinto Constitucional.

Só depende de o Conselho Federal se manifestar em relação aos embargos interpostos pelos advogados Walney Oliveira e Samir Murad, que se julgam injustiçados.

A previsão de uma fonte da OAB é a de que a lista sêxtupla chegará ao Tribunal de Justiça (TJ) até o final da próxima semana.

## Filtro

Para definir a lista sêxtupla, o Conselho Seccional da OAB terá de cumprir rigorosamente as regras.

Já examinou a documentação dos candidatos e agora deve submetê-los a sabatinas, nas quais terão de demonstrar conhecimentos jurídicos necessários para se tornar um magistrado de 2º grau.

Os com melhor desempenho na sabatina integrarão a lista a ser encaminhada para o TJ.

## Rápida

### **Turma Recursal**

**BACABAL** - Em reunião realizada segunda-feira (1º), a Turma Recursal (TR) de Bacabal julgou 77 processos. Na reunião, a primeira sessão da TR, que é formada pelos juízes Marcelo Silva Moreira, Luis Carlos Licar

Pereira e João Paulo Mello (suplente convocado), julgou processos físicos e eletrônicos. Para Marcelo Moreira, que preside a turma em razão da licença médica de Roberto Gomes de Oliveira Paula, a meta é julgar os processos que chegarem a Turma Recursal

em no máximo 30 dias. Para o juiz, a criação das Turmas Recursais regionais - proposta do corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha. As sessões da Turma Recursal de Bacabal serão realizadas semanalmente às segundas-feiras.

## Condenação

O prefeito de Imperatriz, Sebastião Madeira (PSDB), foi condenado pela juíza Ana Lucrécia Reis, da Vara da Fazenda Pública.

A juíza entendeu que o prefeito cometeu ato de improbidade administrativa, e o condenou também à devolução de recursos.

Apesar do que foi divulgado desde sexta-feira, Madeira continua no cargo porque tem direito a recurso contra a decisão.

## Contestação

Madeira considerou esdrúxula a decisão da juíza que o condenou por ter contratado empresa por valor menor do que o contrato anterior, sem licitação.

Em Imperatriz, uma empresa de coleta de lixo cobrava valor x para prestar um serviço considerado ruim. O prefeito rompeu o contrato e chamou outra empresa, que cobrou quase a metade.

- Se pagar menos por um serviço me leva à condenação, então estarei sempre condenado  
- disse o prefeito.



O ACUSADO JUNIOR BOLINHA AGORA É ACUSADOR

DE ACORDO COM O QUE FOI PUBLICADO NO BLOG DO JORNALISTA LUIS CARDOSO, EM CARTA ENVIADA AO SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA, ALUÍSIO MENDES, O EMPRESÁRIO JÚNIOR BOLINHA, PRESO POR TER SIDO APONTADO PELO PISTOLEIRO JOHANTAN SILVA, COMO MANDANTE DO ASSASSINATO DO JORNALISTA DÉCIO SÁ, ENVOLVE O NOME DO DONO DA CONSTRUTORA FRANERE, MARCOS REGADAS, NO CRIME DE QUE FOI VÍTIMA O BLOGUEIRO DÉCIO SÁ NO DIA 23 DE ABRIL DE 2012 EM UM BAR DA AVENIDA LITORÂNEA.



O JORNALISTA DÉCIO SÁ FOI MORTO EM ABRIL DE 2012

**JUNIOR BOLINHA JOGA MERDA NO VENTILADOR**

# Carta envolve dono da **Franere** na morte de Décio

PÁGINA 3

MERDA NO VENTILADOR

*Em carta enviada ao secretário de Segurança Pública, Aluisio Mendes, o empresário Júnior Bolinha, preso por ter sido apontado pelo pistoleiro Johantan Silva, como mandante do assassinato do jornalista Décio Sá, envolve o nome do dono da construtora Franere, Marcos Regada, no crime de que foi vítima o blogueiro, dia 23 de abril de 2012.*

# Carta de Junior Bolinha a Aluisio Mendes envolve dono da Franere na morte de Décio

Na carta, Bolinha nega participação nas mortes do jornalista e do agiota Fábio Brasil, em Teresina, e conta o local onde houve uma reunião para decidir a morte de Sá.

Com letras praticamente ilegíveis, escrita à mão, o empresário diz que participaram da reunião, em um restaurante, diversas pessoas conhecidas e entre elas o empresário Marcos Regada.

No sábado anterior, o blog de Luis Cardoso já havia publicado, em primeira mão, que um empresário forte do setor da construção civil estaria envolvido na morte do jornalista e não revelou o nome para não atrapalhar as investigações.

O restaurante teria sido o Gran Ku, na Avenida Daniel de La Touche, e do encontro teriam participado Gláucio Alencar, o pai Miranda, Júnior Bolinha e Marcão da Franere e mais outras cinco pessoas.

O caso foi, sim, investigado pela Polícia Civil, mas não se tem conhecimento das razões do recuo. E que também que havia uma linha de investigação feita pela Polícia Federal sobre o caso, mas não confirmada.

Durante o almoço, no intervalo das audiências no Fórum Desembargador José Sarney, Bolinha ameaçou jogar merda no ventilador e contar tudo que sabia e demonstrou irritação pelo fato de ficar so-



Júnior Bolinha contou sua versão em carta manuscrita



O jornalista Décio Sá foi executado em bar na Av. Litorânea

zinho e não receber ajuda do empresário.

O empresário da Franere tinha diferenças com o jornalista por causa das suas publicações que atingiam o lado dos negócios e até familiares.

O Neguinho, que foi a pessoa responsável pela contratação do pistoleiro Johan-

tan Sousa seria conhecido e teria até trabalhado com para Marcão. Fábio Capita, assíduo frequentador da casa do empresário da Franere, era o responsável pela segurança quando Marcão realizava festas.

Ao lado a carta de Júnior Bolinha para o secretário Aluisio Mendes:

AO SECRETÁRIO DE SEGURANÇA DE ALZUEIO MEDEIROS  
 INICIALMENTE AFIRMO AO SENHOR JORNALISTA  
 PATRICK QUE SOU BODE ESPANTADO E VITIMAS  
 DAS INVESTIGAÇÕES POLICIAIS. MAS DAS  
 NOTÍCIAS QUE ESTAM DEBAIXO DO CHÃO EU  
 ESTOU COMO UM MORTO VIVO, PASSANDO  
 CRIMES QUE NÃO COMETI. EM TEREZINA  
 A INVESTIGAPÃO TEM QUE VOLTAR AO  
 ESTADO DO PIAUI QUE VAI CHEGAR AO  
 MESMO JORNAL QUE TRABALHA PIAUI O DONO  
 DE UMAS LOJAS DE FEIJAS NO PIAUI QUE  
 AMEAÇOU MUITO FORTEMENTE VARIAS VEZES  
 EM BRASIL. PATRICK A VIUVA SABE  
 VISSO E SABE QUEM É O PROPRIETÁRIO DA  
 LOJAS MIL. NO CRIME DO MARRUENHA PIOR  
 MUNDIA E ENCONTRO NO RESTAURANTE GRAN KU  
 MOSTRA QUE EU SEI QUEM ESTAVA ENVOLVIDO  
 E PRINCIPALMENTE QUEM NÃO ESTAV ENVOV  
 VIDO NISSO SEI QUE O POLICIA PODE IR PARA  
 NA INVESTIGAÇÃO E QUERO LE DIZER PESSOALMENTE  
 QUE EU NADA TENHO HAVER COM ESSE CRIME  
 MAIS AS PESSOAS QUE ESTAVAM NO RESTAURANTE  
 SÃO OS RESPONSÁVEIS PELO CRIME. O PRINCIPAL  
 NOME É DO NOME EMPRESÁRIO MARRUENHA FARIAS  
 E OUTROS INTERMEDIÁRIOS QUE TENHO COMO  
 IDENTIFICAR E CONTOU-LHE O QUE NUNCA  
 INSISTE EM AFIRMAR NUNCA INTERVENÇÃO  
 PORQUE NESTA HISTÓRIA SOMENTE EU ESTOU  
 PAGANDO PELA O QUE NÃO DEVO. PERDIR  
 MINHA RESPONSABILIDADE PERDIR TODOS OS MEUS  
 NEGÓCIOS PERDIR MINHEIRO, INCLUSIVE UM  
 CONTRATO DE UM LOTAMENTO DO QUAL FAZIA  
 PARTE UM EMPREENHADOR E UM DEPUTADO MORE  
 PORTANTO SECRETÁRIO PERU-LHE QUE ME DÊ O  
 DIREITO DE PROVAR E QUE SEI É O QUE ESTOU  
 LE DIZENDO NA SUA PRESEÇA DURANTE DO  
 ADVOGADO SEM JORNALISTA. PORTANTO NO PIAUI  
 E EM SÃO PAULO SOU ACUSADO PELO O QUE NÃO  
 DEVO. E NEM INTERMEDIÁRI, A MORTE DE NINGUEM  
 PARA NINGUEM ASSUMINDO A SUA RESPONSABILIDADE  
 COM URGENCIA. SÃO PAULO 30 DE JANEIRO 2013  
 AS 14:30.

## REVIRAVOLTA NA APURAÇÃO DO ASSASSINATO DE JORNALISTA



# MP VAI INVESTIGAR EMPREITEIRO APONTADO NO 'CASO DÉCIO SÁ'

Novas apurações sobre o assassinato de Décio Sá serão pedidas pelo promotor Luís Carlos Duarte

Reviravolta é resultado de pedido e 'Júnior Bolinha' – acusado de intermediação no crime – para ser ouvido novamente pela Justiça

'Bolinha' falou com exclusividade ao JP de sua cela no 8º DP, da Liberdade; ele pode ser incluído num Programa de Proteção a Testemunhas

O promotor Luís Carlos Corrêa Duarte, que atua no caso do assassinato do jornalista Décio Sá – ocorrido em abril do ano passado, em São Luís –, confirmou ao **Jornal Pequeno** que um grande empreiteiro do Maranhão será investigado por participação no crime, como um dos mandantes. Outras pessoas – que até agora não apareceram no inquérito policial – também serão investigadas. Elas integrariam um “consórcio”, formado para mandar executar o jornalista. A provável reviravolta no “caso Décio” é resultado de um pedido do acusado José Raimundo Sales Chaves Júnior, o “Júnior Bolinha”, para ser ouvido novamente pela Justiça. “Bolinha” falou com exclusividade.

PÁGINA 5, ESPECIAL



O promotor Luís Carlos Duarte ouvirá 'Júnior Bolinha'; 'caso Décio' pode ter novos rumos

REVIRAVOLTA NA APURAÇÃO DO ASSASSINATO DE JORNALISTA

## MP vai investigar empreiteiro por envolvimento no 'caso Décio'

*Novas apurações sobre o assassinato de Décio Sá serão pedidas pelo promotor Luís Carlos Duarte*

*'Bolinha' falou com exclusividade ao JP de sua cela no 8º DP, da Liberdade; ele pode ser incluído num Programa de Proteção a Testemunhas*

*Reviravolta é resultado de pedido de 'Júnior Bolinha' – acusado de intermediação no crime – para ser ouvido novamente pela Justiça*

POR OSWALDO VIVIANI

O promotor Luís Carlos Corrêa Duarte, que atua no caso do assassinato do jornalista Décio Sá – ocorrido em abril de 2012, em São Luís –, confirmou ao **Jornal Pequeno** que um grande empreiteiro do Maranhão será investigado por participação no crime, como um dos mandantes. Outras pessoas – que até agora não apareceram no inquérito policial – também serão investigadas. Elas integrariam um “consórcio”, formado para mandar executar o jornalista.

“Ninguém deixará de ser investigado por conta de seu poder econômico, político ou situação social”, disse Luís Carlos Duarte, na sexta-feira (5) ao **JP**. O promotor afirmou ainda que vai pedir a entrada do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no caso, já que o suposto “consórcio” também teria a intenção de mandar assassinar um promotor de Justiça – Fernando Barreto (Meio Ambiente), apurou o **JP**.

Décio Sá postou ao menos uma dezena de matérias em seu blog sobre irregularidades ambientais em projetos de empreiteiras no Maranhão.

**Bolinha quer falar tudo** – O empreiteiro será ouvido após um



### O promotor Luís Carlos Duarte ouvirá 'Júnior Bolinha'; 'caso Décio' pode ter novos rumos

dos principais denunciados pelo crime – acusado de intermediação –, José Raimundo Sales Chaves Júnior, o “Júnior Bolinha”, 39 anos, ser reinquirido.

“Bolinha” já prestou depoimento à Justiça, durante as audiências de instrução do “caso Décio”, no início de junho passado, mas em entrevista exclusiva ao **JP**, há cerca de duas semanas – feita numa cela do 8º Distrito Policial, no bairro da Liberdade, onde está preso há mais de um ano –, o acusado disse que não falou tudo o que sabia, devido à orientação de seu então advogado, Armando Serejo, e porque o juiz Márcio Castro Brandão, que presidiu as audiências, não aceitou seu pedido de se reunir de forma privada com o magistrado

e o promotor Luís Carlos Duarte. Logo após as audiências, “Bolinha” mudou de advogado.

**Bilhete e carta** – “Júnior Bolinha” formalizou a solicitação de uma nova oitiva à Justiça na quinta-feira (4). O pedido, destinado ao juiz auxiliar Hélio de Araújo Carvalho Filho – que respondia provisoriamente pela 1ª Vara do Tribunal do Júri, mas cuja titularidade já mudou para o juiz José Costa –, é assinado pelo novo advogado do acusado, Bruno Milton Sousa Batista, de Teresina (PI).

Ao pedido foi juntado um bilhete à Justiça, escrito de próprio punho por “Bolinha” há aproximadamente três meses, mas que chega às mãos do destinatário só agora. Nele, “Bolinha” revela sa-

ber os nomes dos mandantes tanto da morte de Décio Sá como do negociante de carros Fábio Brasil (assassinado em 31 de março de 2012, no centro de Teresina). Veja os termos do bilhete:

*"As informações que eu tenho servirão para esclarecer o caso [assassinato de Décio Sá] de uma vez por todas. Eu nada tenho com a história, com os crimes [que vitimaram Décio Sá e Fábio Brasil], mas sei de tudo, especialmente os nomes das pessoas que de fato queriam as duas mortes, os intermediários e os mandantes.*

*Sei do restaurante, o local do encontro, assisti as conversas, e os que delas participaram sabem muito bem que me fizeram de bode expiatório de uma trama que atinge diretamente pessoas que ainda não foram atingidas pelas investigações.*

*Todos os detalhes, com as provas, estão guardados em vários locais, para minha segurança. Estou concluindo o dossiê que mostra quem são os mandantes e intermediários dos crimes, que indevidamente me envolveram.*

*Sou temente a Deus e na Justiça dos homens. Confio que os fatos que relatarei mostram a verdade e serão suficientes para me tirar do lugar onde não mereço estar".*

Além do bilhete, "Júnior Bolinha" escreveu uma carta, enviada ao secretário Aluísio Mendes (Segurança Pública), em 20 de fevereiro deste ano. Na carta, "Bolinha" menciona o nome do empreiteiro que ele acusa de ser um dos mandantes do assassinato de Décio Sá, e cita o dono de cadeia de lojas de Teresina quando fala da trama que resultou na morte de Fábio Brasil.

Bolinha também revela na carta o local onde o assassinato de Décio Sá teria sido tramado: o sofisticado restaurante Grand Cru, localizado no bairro do Olho d'Água, em São Luís. O JP tentou falar ontem (6), por telefone, com o secretário Aluísio Mendes, sobre o que a polícia fez, em relação às informações contidas na carta, mas o secretário não atendeu as ligações.

A carta enviada a Aluísio Mendes foi encaminhada pelo advogado Adriano Cunha ao promotor João Mendes Benigno Filho, de Teresina, para ser juntada ao processo sobre o "caso Fábio Brasil", que corre no Piauí. Cunha representa Gláucio Alencar Pontes Carvalho e José de Alencar Miranda Carvalho – ambos presos no quartel da Polícia Militar do Maranhão (PM-MA), acusados

pela polícia de ter mandado matar tanto Décio como Fábio.

Ao JP, "Júnior Bolinha" afirmou, na entrevista de duas semanas atrás, que nunca recebeu nenhuma resposta formal do secretário sobre suas acusações. "Só recebi da polícia uma ameaça velada de ser transferido para um presídio federal em outro estado, caso insistisse com o assunto", disse "Bolinha".

O acusado admitiu, ainda, ao JP, que esteve na reunião no Grand Cru, mas que não aceitou participar da trama do assassinato do jornalista Décio Sá.

Logo após falar ao JP, segundo informou o advogado Breno Milton, "Bolinha" recebeu a visita de três delegados – Maimone Barros Lima, Roberto Mauro Larrat e Guilherme Sousa Filho –, que souberam que o acusado havia falado com a imprensa e o teriam repreendido por isso.

'Bolinha' – que disse ao JP temer por sua segurança – pode ser incluído no programa federal de proteção a testemunhas, segundo o promotor Luís Carlos Corrêa Duarte.

## DOS 13 ACUSADOS PELA POLÍCIA DE ENVOLVIMENTO NO CRIME, SÓ 7 ESTÃO PRESOS

O jornalista Décio Sá, que trabalhava na editoria de política do jornal O Estado do Maranhão – integrante do Grupo Mirante, da família Sarney –, foi assassinado com seis tiros (cinco deles fatais) de pistola ponto 40, no dia 23 de abril do ano passado, no bar e restaurante Estrela do Mar, um estabelecimento à beira-mar, na Avenida Litorânea, em São Luís. O crime repercutiu nacional e internacionalmente.

Em 13 de junho, ao fim de mais de 50 dias de investigações – em que foram ouvidas cerca de 60 pessoas, a polícia maranhense desencadeou a operação "Detonando" e deu o "caso Décio" como elucidado. O homicídio teria sido encomendado por R\$ 100 mil.

Sete acusados de envolvimento foram presos, indiciados pela polícia e denunciados à Justiça pelo Ministério Público. São eles:

• O assassino confesso do jornalista, o paraense de Xinguara Jhonathan de Sousa Silva, de 24 anos, já transferido de São Luís, onde foi preso, para um presídio federal, em Campo Grande, no MS;

• Gláucio Alencar Pontes Carvalho, 35 (empresário, acusado também por prática de agiotagem; hoje preso no Quartel do Comando da PM, no Calhau);

• José de Alencar Miranda Carvalho, 73 (pai de Gláucio; também acusado por agiotagem; está preso com o filho no Calhau);

• José Raimundo Sales Chaves Júnior, o "Júnior Bolinha", 39 (negociante de máquinas agrícolas e representante comercial de bebidas em Santa Inês (MA); teria feito o papel de intermediador entre o assassino, Jhonathan de Sousa, e os mandantes do crime; está preso no 8º Distrito Policial, na Liberdade, em São Luís);

• Fábio Aurélio do Lago e Silva, o "Buchecha", 32 (trabalhava para Júnior Bolinha; segundo a polícia, ajudou na operacionalização do assassinato de Décio Sá; preso no Quartel do Comando da PM, na mesma cela em que estão Gláucio



**Décio Sá foi morto num restaurante da Avenida Litorânea**

Alencar e seu pai, Miranda).

• Fábio Aurélio Saraiva Silva, o "Fábio Capita", 37 (capitão da PM-MA; era subcomandante do Batalhão de Choque da corporação; para a polícia, foi ele quem forneceu a "Júnior Bolinha" – de quem é amigo de infância – a pistola ponto 40 usada por Jhonathan de Sousa para executar Décio Sá; a acusação nunca foi comprovada; ficou preso quase um ano no quartel do Corpo de Bombeiros, no Bacanga (São Luís), mas foi libertado no fim de maio, após obter dois habeas corpus, um da Justiça do Maranhão, outro do Piauí);

• Marcos Bruno da Silva Oliveira, 28, o "Amaral" ou "Negão" (foi preso em 7 de novembro do ano passado; segundo a polícia, ele foi o verdadeiro "piloto de fuga" de Jhonathan de Sousa, mas, conforme o próprio pistoleiro, esse papel teria sido cumprido por Elker Farias Veloso, o "Diego", 26, preso no Presídio Nelson Hungria, em Contagem (Minas Gerais) pela prática de outros crimes; Marcos Bruno está preso em local não revelado).

Dois pessoas envolvidas no crime ainda estão foragidas:

• Shirliano Graciano de Oli-

veira, o "Balão", 27 (cunhado de Marcos Bruno; teria ajudado na operacionalização do assassinato de Décio Sá);

• Marcos Antônio de Sousa Santos, o "Neguinho Barrão" (foi indiciado pela polícia, mas o MP não aceitou fazer denúncia contra ele, por falta de qualificação completa; paraense, teria apresentado o executor do crime, Jhonathan de Sousa, ao suposto intermediador, "Júnior Bolinha").

Também foram indiciadas pela polícia e denunciadas pelo Ministério Público, por envolvimento no assassinato de Décio Sá, as seguintes pessoas, que não foram presas:

• Os investigadores da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros (dariam suporte informal aos suspeitos de agiotagem Gláucio Alencar e José de Alencar Miranda);

• Ronaldo Henrique Santos Ribeiro (ex-advogado de Gláucio Alencar; também era amigo do jornalista assassinado; apontado pela polícia como "braço jurídico" de agiotes que atuam em várias prefeituras do Maranhão). (OV)

### Em um ano, 6 juízes já foram titulares de Vara responsável pelo caso

As audiências na Justiça sobre o "caso Décio" ocorreram em maio e junho deste ano, sob a presidência do juiz Márcio Castro Brandão, que já não está mais à frente da 1ª Vara do Tribunal do Júri, onde o caso é julgado.

Em pouco mais de um ano, seis magistrados já responderam pela 1ª Vara do Tribunal do Júri: Alice de Sousa Rocha, Ariane Mendes Castro Pinheiro, Márcio Castro Brandão, Maria Izabel Padilha, Hélio de Araújo Carvalho Filho e José Costa (que deverá cumprir a titularidade por um curto espaço de tempo, segundo ele mesmo informou). (OV)

## *Alto Parnaíba e Tasso Fragoso têm serviços jurisdicionais satisfatórios*

Em visita às comarcas de Alto Parnaíba e Tasso Fragoso, na região do Sul do Maranhão, o corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, constatou que os jurisdicionados estão sendo bem atendidos pela Justiça nos dois locais, apesar da Comarca de Tasso Fragoso estar sem juiz titular. O juiz José Francisco de Souza Fernandes, titular de Alto Parnaíba, também está respondendo pela comarca vizinha.

“Os serviços jurisdicionais estão em ordem, sendo bem realizados pelo magistrado e pelos servidores da Justiça nas duas comarcas. Visitando as Serventias Extrajudiciais também constatei que, nas duas comarcas, o serviço está satisfatório”, revelou o corregedor Cleones Cunha.

Em relação às estruturas físicas nas quais a Justiça está funcionando, o corregedor destaca as excelentes instalações do Poder Judiciário em Alto Parnaíba, que tem um fórum próprio, inaugurado no fim de 2011, ainda na gestão do desembargador Jamil Gedeon à frente da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão. Já as instalações do fórum de Tasso Fragoso são modestas.

“Em Tasso Fragoso o fórum funciona em uma casa alugada, que sofreu adaptações para a Justiça poder funcionar no local. No entanto, o presidente do Tribunal, Guerreiro Júnior, está estudando as possibilidades da construção de um prédio próprio do Judiciário na comarca”, ressaltou o corregedor-geral da Justiça.

## ■ Danem-se as ruas (I)

Sob o comando de José Sarney, nos últimos 50 anos, o Maranhão oferece maus exemplos aos princípios republicanos. Uma ação da OAB local bloqueou a candidatura de Samir Jorge Murad para a vaga do quinto constitucional no Tribunal de Justiça do Maranhão. A OAB nacional confirmou.

Samir é irmão de Jorge, que vem a ser marido de Roseana Sarney. Se ele entrasse na lista tríplice, caberia à governadora a escolha.

Roseana teria, então, a oportunidade de nomear o cunhado. Nada mais, considere-se a naturalidade, do que um gesto familiar. (Carta Capital)

## ■ Danem-se as ruas (II)

O reincidente estado ampliou o alcance político do oportuno Conselho de Gestão das macropolíticas do Maranhão. É empolgante o nome, mas os fins não justificam os meios.

O Conselho, com 206 membros, talvez estadistas, não é uma instituição nova no estado. Reformatado, deu vaga a todos os aliados de Roseana Sarney derrotados em 2010.

Eles recebem, a cada reunião, um jetom de 5,8 mil reais. Remuneração capaz de dar inveja aos imortais da Academia Brasileira de Letras. (Carta Capital). Em tempo: na noite de sexta-feira, a governadora Roseana Sarney extinguiu o Conselho.

## *Defensoria tem forte atuação no Tribunal do Júri em Carolina*

O defensor público Cosmo Sobral, titular do núcleo regional da Defensoria Pública em Carolina, participou de mutirão promovido pelo Tribunal do Júri daquela comarca. Os julgamentos foram realizados nos dias 18, 20 e 21 de junho. Ele atuou em três processos que entraram na pauta e as teses sustentadas pelo defensor foram acolhidas pelos jurados.

No dia 18 de junho foi levado a julgamento o acusado Sérgio de Miranda. Ele foi denunciado pelo Ministério Público Estadual pela suposta prática de homicídio qualificado pela morte do jovem Diogo Viana durante uma festa no dia 16 de julho de 2011. O defensor sustentou que o acusado agiu em situação de legítima defesa, tese acolhida pelos jurados.

No segundo processo, Hilton Francisco de Menezes foi

denunciado por tentativa de homicídio ocorrido em 2001. A Defensoria alegou que o crime já havia prescrito e o magistrado acolheu a tese e decretou a extinção da punibilidade.

O terceiro processo tinha como réu Ézio Nunes da Silva. Ele foi acusado de homicídio simples, por ter supostamente aplicado um golpe com um caibro de madeira na cabeça da vítima Gilson Nunes durante uma festa, também em 2001. O defensor utilizou o argumento da legítima defesa, acolhida pelos jurados, que também absolveram o acusado.

Na oportunidade, Cosmo Sobral explicou para a comunidade carolinense o papel da Defensoria Pública no âmbito dos processos criminais. “O trabalho da Defensoria é analisar os fatos e requer que seja aplicada a pena justa”, destacou.

**BOMBA EM SÃO LUÍS:**

**Diretor do Diap afirma que atuação dos parlamentares maranhenses “é fraca”**

**O** jornalista e analista político Antônio Augusto de Queiroz, diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), entidade que realiza todos os anos a escolha dos 100 congressistas brasileiros mais influentes, afirma que atuação dos parlamentares maranhenses é fraca. Mais conhecido por “Toninho do Diap” e bastante influente, ele esteve em São Luís, na semana passada, para participar como palestrante da reunião do Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados (Fenajud), promovida pelo Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão.

“O perfil do parlamentar do estado, com raras exceções, é mais provinciano ou voltado para os interesses regionais. Poucos parlamentares priorizam os temas nacionais e se esforçam para ganhar projeção no debate desses temas. Além disto, poucos parlamentares do estado lideram, presidem comissões ou frentes parlamentares, o que dificulta uma inserção mais ativa na definição da agenda. O parlamento funciona por missão. Quem não relata, preside, debate, negocia ou articula temas e interesses gerais dificilmente consegue se projetar nacionalmente”, avalia.

Sobre as manifestações populares diz que levarão o Congresso Nacional a dar respostas. “De fato, os parlamentos de um modo geral só definem uma agenda própria e de interesse das maiorias quando há cobrança e pressão, especialmente as grandes manifestações. A reforma política é um caso típico”, garante.

A seguir a entrevista, na qual o diretor do Diap aborda vários outros temas polêmicos.

**Jornal Pequeno** - O que é, o que faz o Diap e qual a importância desse trabalho?

**Antônio Augusto de Queiroz** - O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) é uma entidade civil, de caráter associativo, sem fins lucrativos, que presta assessoria às entidades sindicais de trabalhadores. Atua de modo suprapartidário e se organiza em dois comandos, um técnico, formado por profissionais, e um político, constituído por lideranças sindicais. Seu trabalho, essencialmente, possui uma dimensão técnica, que consiste na elaboração de projetos de lei, estudos, notas técnicas, e outro político, na perspectiva de avaliação do desempenho parlamentar sobre os temas de interesse dos trabalhadores. É, portanto, um trabalho de mão dupla: leva às autoridades os pleitos, interesses e reivindicações dos assalariados e informa os trabalhadores sobre as atitudes, comportamentos e votos dos parlamentares sobre esses temas. Contribui, em consequência, para aumento o nível de informação e consciência dos trabalhadores, além de instruir ação de cidadania, ao informar o real papel do representante.

**JP** - Quais os critérios adotados na pesquisa de escolha dos 100 mais influentes congressistas em cada ano?

**AAQ** - São basicamente três: a) o institucional ou o posto que o parlamentar ocupa na estrutura da Casa (presidente ou membro da mesa diretora, líder, vice-líder,

presidente de comissão, relator de matéria relevantes e presidente de frentes parlamentares, b) o reputacional ou como é visto pelos colegas deputados e senadores, jornalistas, profissionais de relações institucionais e governamentais, consultores legislativos e assessores de bancada quanto à condução no exercício do mandato, e c) o decisional ou como o parlamentar se comporta frente às articulações, votações, formulações e negociações de matérias sob exame no Congresso. Uma vez identificados os mais influentes a partir desses critérios, os parlamentares são classificados por habilidades, como articuladores, debatedores, formuladores, negociadores, formadores de opinião etc.

**JP** - Como tem sido ao longo dos anos a reação dos incluídos na lista, e, principalmente, dos excluídos?

**AAQ** - Quanto aos incluídos, todos ficam felizes com o reconhecimento de sua influência nas decisões do parlamentar, ainda mais porque os critérios de escolha não possui qualquer tipo de vício, preferência ou discriminação. Resulta da observação da capacidade do parlamentar de influenciar na definição da agenda e no conteúdo das matérias. Os não incluídos, ainda algum ou outro reclame, não chega a ser ostensivo, até porque existem critérios. A preocupação principal é como atender aos critérios para que possa entrar na lista, o que é positivo.

**JP** - Que outro tipo de traba-

lho é prestado pelo Diap?

**AAQ** - O Diap produz muitos estudos e análise sobre o mérito das proposições em debate no governo e no parlamento, especialmente sobre os temas de interesse da cidadania e dos assalariados, mas também tem linhas de publicações voltadas para a educação política, ou seja, para esclarecer sobre o são, o que fazem e como funcionam as instituições de Estado, além de prestar esclarecimento sobre como se comportam e votos os parlamentares sobre temas de interesse da sociedade. Nesse sentido já publicou, entre outros, os livros “Quem foi Quem na Constituinte”, “Quem foi Quem nas reformas constitucionais”, “Quem foi quem nos temas de interesse dos trabalhadores”, “Por dentro do processo decisório: como se fazem as leis”, “Por dentro do governo: como funciona a máquina pública”, “Perfil, Proposta e Perspectiva do Governo Dilma”, “movimento sindical: passado, presente e futuro”, além de cartilhas como “O cidadão consciente”, “noções de política e cidadania”, “eleições gerais ; orientação a candidatos eleitores”, entre outras voltadas para instruir ação de cidadania.

**JP** - Como tem sido a participação dos congressistas maranhenses na lista: fraca ou razoável?

**AAQ** - Fraca. O perfil do parlamentar do estado, com raras exceções, é mais provinciano ou voltado para os interesses regionais. Poucos parlamentares priorizam os temas nacionais e se esforçam para ganhar projeção no debate desses temas. Além disto, poucos parlamentares do estado lideram, presidem comissões ou frentes parlamentares, o que dificulta uma inserção mais ativa na definição da agenda. O parlamento funciona por missão. Quem não relata, preside, debate, negocia ou articula temas e interesses gerais dificilmente consegue se projetar nacionalmente.

**JP** - Qual a importância de haver participado como palestrante da reunião do Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados?

**AAQ** - Participar desse evento é motivo de orgulho. As lideranças sindicais do Judiciário Estadual são das mais qualificadas e isso, por si só, já é um grande reconhecimento. Além disto, é um público que não está preocupado apenas com a agenda corporativa, embora ela seja importante, mas incluem no debate os temas de interesse da sociedade. Os deba-



**Antônio Augusto de Queiroz, diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)**

tes são sempre muito ricos. Por tudo isto, é sempre motivo de satisfação participar de encontros com esse nível de qualidade.

**JP** – Qual o enfoque dado à palestra?

**AAQ** – Falei sobre conjuntura nacional e foquei os três elementos que caracterizam o momento político nacional: uma disputa entre mercado e governo sobre o papel do Estado na economia. Há, claramente, uma disputa de natureza distributiva. A sucessão presidencial e as manifestações e protestos. Conclui falando das perspectivas dos servidores frente a essa conjuntura.

**JP** – O que o senhor pensa dos temas a judicialização da política e questões sociais e aprovação da Proposta de Emenda à Constituição – PEC 190/2007, que versa sobre o Estatuto Nacional dos Servidores do Judiciário?

**AAQ** – A judicialização da política, assim como o denunciamento, tem se constituído em arma política na disputa de poder no Brasil. A transferência da política para o Judiciário as grandes decisões nacionais não é boa conselheira. Por mais sábios e preparados que sejam os onze ministros do Supremo, eles não podem nem devem substituir a representação popular nem as urnas. Não há solução para os problemas coletivos fora da política. Quem desdenha a política o faz por ignorância, e estes são as potenciais vítimas de sua opção, ou por má-fé, exatamente os que querem afastar o povo das decisões estratégicas. Todos os

avanços da humanidade foram resultado de decisões políticas. Já estamos na quinta geração de direitos (direitos civis, direitos políticos, direitos sociais, direitos coletivos e difusos e direitos bióticos) e elas só foram possíveis pela política. Ou seja, existe alternativa: ou é a política ou a barbárie. As conquistas sociais. Quanto à PEC vejo como uma medida de isonomia. As disparidades de tratamento funcional e remuneratório existente não faz sentido, afinal todos são servidores de carreira exclusiva de Estado e devem ter um estatuto que uniforme suas prerrogativas, direitos e obrigações. A aprovação da PEC se constituirá em importante vitória, além de medida de justiça para com os servidores do Judiciário Estadual.

**JP** – Somente com as ruas pegando fogo, assim o Congresso Nacional aprova a reforma política e acaba, por exemplo, com privilégio como a imunidade parlamentar?

**AAQ** – De fato, os parlamentos de um modo geral só define uma agenda própria e de interesse das maiorias quando há cobrança e pressão, especialmente as grandes manifestações. A reforma política é um caso típico. Embora exista na sociedade, no parlamento e no governo consenso sobre a necessidade e até urgência de uma reforma política, não há nenhum acordo a respeito de seu conteúdo. Cada cidadão e cada parlamentar possui seu próprio modelo e, com isto, nunca se reúne maioria para votá-la. Esse tipo

de reforma resulta em ganhos e perdas e os parlamentares não a fazem temendo prejuízo ou risco a sua sobrevivência política. Matérias com essas características com avançam no Congresso com pressão popular e com regras generosas de transição. Quando a imunidade parlamentar, igualmente, precisa uma menor definição. O parlamentar deve ser imune apenas por suas palavras e votos. Crimes cometidos fora do exercício do mandato, seja antes ou durante, não pode ser amparados pela imunidade.

**JP** – Os parlamentares saberão realmente ouvir a voz da rua ou é apenas um frisson passageiro?

**AAQ** – Acho que haverá sensibilidade, sim, para os apelos das ruas, mas com certeza nem o governo nem o parlamento terá condições de responder ou atender a todas as reivindicações. As manifestações, embora difusas e sem coordenação ou liderança com capacidade de negociação, externou a indignação do cidadão em quatro dimensões: na dimensão de usuários de serviços públicos, questionando a qualidade desses serviços, especialmente saúde e transporte; na dimensão de contribuinte, reclamando da má aplicação dos recursos ou do dinheiro público, que é arrecadado compulsoriamente de todos; de consumidor, com a sensação de aumentos dos preços e dos juros, inclusive dos serviços administrados ou regulados pelo governo; e na dimensão de eleitor, ao não se sentir representado pelas instituições (governos, parlamentos, partidos etc). O governo, no anestesiado pela alta popularidade da presidente, não foi capaz de responder ao terrorismo inflacionário, que ganhou as redes sociais após o Banco Central ter voltado a aumentar as taxas de juros. A percepção de que os indicadores econômicos poderiam piorar (inflação, juro, cambio e emprego) as pessoas utilizaram as redes sociais para programas grandes protestos. Com o quase pânico instalado, é que o governo percebeu que o nível de indignação era quase que generalizada na sociedade (que protesta), no mercado (que questiona o controle do governo sobre as margens de lucros das empresas concessionárias de serviços públicos) e no parlamento (que ameaça com o orçamento impositivo). As manifestações vieram para ficar, ainda que em menor escala e localizadas nos próximos meses. Muito provavelmente voltarão com força por ocasião da copa do mundo e da eleição presidencial em 2014.